

“A história das vogais nasais do português e a proposta do arquifonema nasal”

Desde Mattoso Câmara 1953, grande parte dos estudos sobre a fonologia do português têm considerado um sistema de dezenove consoantes e sete vogais que se atualiza plenamente ou de modo neutralizado de acordo com a conformação silábica e acentual dos vocábulos. No campo das consoantes, por exemplo, o sistema que se apresenta com 19 fonemas em posição pré-vocálica () se reduz consideravelmente nas posições intervocálica e pós-vocálica; notadamente, reduz-se a um sistema de quatro fonemas consonantais em posição pós-vocálica. Os contrastes observados em posição inicial entre oclusivas, fricativas, nasais, laterais e vibrantes por um lado; e dentro do grupo das oclusivas e fricativas, entre as séries surda e sonora; e em cada caso, entre labiais, anteriores e posteriores, reduz-se à oposição entre um fonema lateral, um fonema vibrante, um fonema fricativo e um fonema nasal. A série das oclusivas simplesmente não está presente nesta posição. Quanto às demais séries, elas aparecem com uma representação bastante reduzida. Entre as fricativas, não aparecem as labiais, mas apenas as anteriores e posteriores (com seus pares surdos e sonoros); e as oposições, dentro deste grupo, são neutralizadas, levando à representação de toda fricativa final por uma forma abstrata ou arquifonema - no caso, /S/. Entre as vibrantes, em contraste com a posição pré-vocálica (em que só aparece a vibrante posterior) e com a posição intervocálica (em que só aparece a vibrante anterior), na posição final as versões anterior (“r fraco”) e posterior (“r forte”) alternam-se, seja em variação posicional, seja em variação livre delimitada dialetalmente. Entre as laterais, na posição final a posterior não aparece, e a anterior [l] varia com um glide [w] conforme delimitações dialetais. Por fim, quanto às nasais, enquanto na posição pré-vocálica aparecem as formas labial ([m]), anterior ([n]) e posterior ([ɲ]), na posição pós-vocálica essa distinção de ponto de articulação não parece relevante do ponto de vista fonológico, uma vez que o ponto atualizado dependerá da qualidade da consoante inicial da sílaba seguinte, sendo perfeitamente previsível e portanto, foneticamente condicionado (como demonstrou Cagliari, 1977). Diz-se, nesse sentido, que neste ambiente o traço distintivo atualizado é o traço nasal, neutralizando-se os demais. Esses são alguns dos argumentos apresentados pelas análises que, a partir de Câmara Jr. 1953 / 1970, postulam os arquifonemas /S/, /R/ e /N/ na posição pós-vocálica no português.

Vejamos como essa análise do sistema consonantal do português se relaciona com a análise do sistema vocálico. Como mencionei, grande parte dos estudos considera um sistema de sete vogais fonêmicas para o português, que se opõem em termos de ponto de articulação (anterior, central, posterior) e de altura (alta, média, baixa) - mas não em termos de qualidade oral *versus* qualidade

nasal. Ora, a realização nasal das vogais em português é uma característica importante da língua, e constitui oposições contrastivas (como veremos adiante); as análises defensoras do sistema de sete vogais não a negam - argumentam, entretanto, que o traço de nasalidade das vogais pode ser formalizado como a presença do arquifonema nasal /N/ no entorno dessas vogais. Noutros termos: embora não negue as oposições contrastivas entre vogal com caráter nasal e vogal com caráter oral, essa abordagem considera que esse traço distintivo deve ser interpretado abstratamente como atuação de um arquifonema /N/ sobre as vogais orais, e não como a participação adicional de pares nasais paralelos às vogais orais do sistema. Assim, as vogais nasais foneticamente representadas como [~i] [~e] [ã] [õ] [~u] devem ser analisadas fonemicamente como /iN/ /eN/ /aN/ /oN/ /uN/. Para compreender melhor essa proposta, e sua relevância neste pequeno ensaio, vamos considerar separadamente dois grandes grupos de fenômenos. No primeiro grupo, uma consoante nasal segue a vogal em análise (tanto na realização fonética, como na representação gráfica); este grupo se divide ainda em dois sub-grupos: os casos em que a vogal nasal encontra-se no fim de uma sílaba, e a próxima sílaba se inicia pela consoante nasal; e os casos em que a vogal nasal e a consoante nasal se encontram na mesma sílaba. Vamos então ao primeiro sub-grupo (i.e., heterossilábico): aqui importa ainda subdividir os casos em que a sílaba onde está a vogal é a tônica, e os casos em que a sílaba onde está a vogal é átona. Quando a sílaba em que está a vogal em análise é a sílaba tônica, por exemplo, {ca.no}, a vogal, em todos os dialetos do português, se pronuncia como nasal: [kãnu]; esta qualidade nasal se explicaria por assimilação do traço nasal da consoante que inicia a próxima sílaba. O mesmo pode acontecer no segundo conjunto desse grupo, que se diferencia pelo fato de a vogal em análise estar numa sílaba átona, como em {ca.noa}; aqui, o [a] da átona {ca} é pronunciado como nasal em alguns dialetos, e não em outros. Temos, assim, que as vogais finais de sílaba a que se seguem sílabas iniciadas por consoantes nasais podem ser pronunciadas como nasais, por assimilação (que será categórica para sílabas tônicas). Na hipótese do arquifonema /N/, esses vocábulos seriam representados fonemicamente como /'kaNu/ e /ka'Noa/, sendo a nasalização depreensível do contexto fonético. Passamos agora ao segundo sub-grupo, aquele em que a vogal e a consoante nasal pós-vocálica estão na mesma sílaba - i.e., casos como {can.to}. Aqui só há uma possibilidade de realização fonética da vogal: como nasal, seja a sílaba tônica ou átona (como em {can.to.ra}). Novamente a hipótese do arquifonema N analisa essa nasalização como depreensível do contexto fonético (i.e., do fato de a vogal preceder uma consoante nasal). Aqui há ainda mais um aspecto de interesse para a hipótese do arquifonema, representado pelo fato de que nesses casos, o ponto de articulação da consoante /N/ é, também ele, previsível, e seguirá o ponto da consoante que começa a próxima sílaba - no nosso exemplo, será anterior, por conta do [t] que segue. Assim, {canto} é representado como /'kaNtu/, onde a presença de /N/ indica tanto a propriedade nasal de /a/ como do próprio /N/, e o ponto de articulação de /N/ se deduz de /t/. Dessa forma, a oposição

contrastiva entre {canto} e {cato} fica explicada simplesmente pela presença de /N/ no primeiro caso, e sua ausência no segundo: /'kaNtu/ : /'katu/ . Assim, vimos resumidamente os casos que separamos como primeiro grupo, no qual uma consoante nasal interpretável como arquifonema /N/ segue a vogal (tanto na fala como na representação gráfica).

Chegamos então ao segundo grupo, que é o mais interessante e complexo: os casos em que a vogal nasalizada não segue uma consoante - ou seja, os casos de vogal nasal em final de palavra. São esses os contra-argumentos potenciais mais fortes contra a hipótese de um arquifonema nasal /N/ como representação exclusiva da nasalidade em português, em vogais ou consoantes. Aqui, como vimos muito brevemente mais atrás, para aproveitar a hipótese do arquifonema /N/ é preciso analisar palavras como {lã} como tendo a representação abstrata /laN/, de modo análogo ao que se propõe para sílabas mediais como a de /'kaNtu/ - com a diferença de que no caso de /laN/, a representação parece contradizer a pronúncia da palavra. Assim, nesses casos, a argumentação em favor da hipótese do arquifonema /N/ se torna bastante abstrata. Câmara Jr. toma como um dos pontos centrais dessa argumentação a interpretação das sílabas do tipo /laN/ como abertas ou travadas - mostrando que sob diferentes aspectos, essas sílabas finais terminadas em vogais “nasalizadas” se comportam, efetivamente, como travadas. Primeiro, porque entre elas e uma próxima palavra iniciada por vogal, não se atualiza a crase (típica desse tipo de encontro, quando estão em jogo duas vogais - V# + #V) - {lã azul}, pronunciado [lanazw] e não [lazw]; segundo, porque entre essas sílabas e uma sílaba iniciada por vibrante na palavra seguinte, a vibrante se atualiza como “forte”, e não “fraca”, como se esperaria do contexto intervocálico: {lã roxa}.

Muito já se discutiu sobre os argumentos de Câmara Jr. para esses casos; entretanto, grande parte dos estudiosos afirma a conveniência da hipótese do arquifonema /N/ no sentido do equilíbrio interno do sistema - uma vez que nesta análise, a “nasalidade” fica explicada num só fonema, com o traço distintivo nasal, que o empresta às vogais antecedentes por assimilação condicionada (como vimos) à estrutura silábica e acentual, e que, no sistema consonantal, fica também como o traço mais relevante em certos contextos silábicos que neutralizam os demais traços da série nasal (i.e., pontos de articulação).

Neste pequeno ensaio, quero apontar mais um aspecto que confere elegância à análise de Mattoso Câmara: sua adequação à perspectiva histórica da língua. Centralmente, observarei que a assimilação do traço de nasalidade de uma consoante subsequente é o passo diacrônico que resulta no surgimento das “vogais nasais” da língua portuguesa em qualquer posição, e que, no caso da posição final (justamente aquele mais controverso, como vimos), essa assimilação é inclusive traduzida na formação do sistema ortográfico da língua.

Tratemos primeiramente da discussão principal aqui proposta, a formação das “vogais nasais finais” na língua portuguesa. Antes de tudo é preciso ter clareza sobre a história das vogais finais no português de um modo geral, sejam nasais ou orais. Lembremos o fato claro: as vogais finais do português não correspondem a vogais finais do latim, mas sim derivam, historicamente, da eliminação do padrão latino C# - ou seja, da eliminação da possibilidade de consoantes em posição final de palavra, em geral por apócope da consoante (e em alguns casos, por paragoge de uma vogal). Na maioria dos casos, a vogal portuguesa atual corresponde à vogal que precedia a consoante latina eliminada (é o caso por exemplo de *amat* > *ama*; **mense** > **mês**). Nos demais casos, a vogal portuguesa final é a vogal paragógica. Esse é o primeiro fato histórico relevante para compreendermos a questão das nasais finais - uma vez que, nas palavras latinas terminadas pelo grupo consonantal -nt (muito comum, por conta de ser uma flexão verbal), o -t final cai por apócope (*amant* > *aman*), resultando, num primeiro momento, em formas terminadas em -n (ao menos no registro gráfico): *aman*. O destino dessa “consoante nasal final” já é interessante: ela não irá cair, como as demais consoantes; e sim, terá seu traço nasal absorvido pela vogal precedente. Assim, *amant* > *aman*. Essa sequência final complexa (vogal + traço nasal derivado da nasal que se tornou final pela queda da próxima consoante) pode vir a ser representada graficamente por til ou por m (e como veremos ao final, essa decisão levou alguns séculos para ser estabilizada normativamente). De todo modo, isso separa já um primeiro grupo entre as “nasais finais” do português: aquelas derivadas historicamente da queda de uma consoante depois de consoante nasal, e em seguida, nasalização da vogal precedente (o qual representaremos aqui, paradigmaticamente, por *amant* > *amam*). O segundo grupo, entre as “vogais nasais finais” de hoje, é mais extenso, e deriva de uma mudança fonética há muito considerada entre as mais importantes na formação do português: a “queda do n intervocálico”, que se dá em todos os ambientes homossilábicos (mediais ou finais de palavra). É tradicional a divisão da área galego-portuguesa, em relação ao restante da România, a partir dessa característica: onde o latim apresentava, numa sílaba, VNV, o galego-português apresenta VV, formando encontros vocálicos (hiatos) que se resolverão de diferentes maneiras ao longo do período arcaico da língua - de tal modo que, já no século XV-XVI, as seqüências arcaicas de vogais nesses contextos se encontram estabilizadas numa mesma sílaba (em forma de ditongos, ou associadas numa só vogal), ou definitivamente separadas em duas sílabas a partir da epêntese de uma consoante no início da segunda sílaba. Aqui já se nota o primeiro aspecto fundamental desse processo, do ponto de vista da nossa discussão sobre a nasalidade: em todos esses casos (isto é, seja qual tenha sido a resolução posterior dos hiatos), num período arcaico inicial, a passagem de VNV para as seqüências de vogais foi acompanhada pela nasalização da vogal originalmente anterior à consoante nasal. Para alguns historiadores, por sinal, a “queda do n” só acontece depois da assimilação do traço de nasalidade pela vogal antecedente (é o que defende P. Teyssier,

principalmente). Os exemplos relevantes para essa mudança englobam casos como (1) perdonare > perdoar > perdoar; corona > corõa > coroa; bona > bõa > boa; minus > m~eos > meus; nos quais a nasalidade veio a se perder e a resolução dos hiatos se deu por ditongação; (2) plena > ch~ea > cheia; senu > s~eo > seio nos quais a nasalidade veio a se perder e o hiato se resolve por epêntese de [y]; (3) vinu > v~io > vinho; farina > far~ia > farinha, nos quais a nasalidade se perde e o hiato é resolvido pela epêntese de uma palatal; e, finalmente, (4) manu > mão, plano > chão em que há a resolução do hiato em ditongo e manutenção da nasalidade e (5) lana > lã > lã, fine > f~ii > fim; resolução do hiato em síncope e manutenção da nasalidade. (exemplos de Mattos e Silva, 2006). Com isso vemos, portanto, que as “vogais nasais finais” do português atual têm basicamente duas origens: (a) ou derivam de uma sílaba latina travada complexa (-nt), em que ocorreu perda da consoante final, e subsequentemente, assimilação da nasalidade de -n pela vogal antecedente; (b) ou derivam de uma sílaba latina final de padrão VNV (-anu, -one, -ane...) na qual operou a “perda do -n- intervocálico” (e, concomitantemente ou previamente, assimilação da nasalidade pela vogal antecedente), subsequente formação de hiato, e resolução do hiato em ditongo ou síncope, com manutenção da nasalidade.

É possível portanto generalizar: as “vogais nasais finais” do português atual têm como correspondentes diacrônicas formas arcaicas que adquiriram um traço nasal por assimilação de uma consoante -n- original subsequente que “caiu”.

Chegamos agora portanto ao ponto principal que quero discutir: a assimilação regressiva de um traço de nasalidade está na raiz da formação das vogais nasais portuguesas. Em alguns casos, essa assimilação convive, ao longo da história, com a consoante que “emprestou” seu traço nasal; aqui se encaixam, evidentemente, os casos de sílaba não-final de palavra: {cama}, {cano}, {fome}. Noutros casos, a assimilação não convive com a consoante que emprestou os traços, pois essa consoante, justamente, “caiu” - e por isso a vogal é final: lana > lã.

O interessante é que, nesses últimos casos, o que vemos, no percurso da evolução da língua, é de certa forma a operação diacrônica correspondente à análise de Mattoso Câmara Jr.: dos traços constitutivos da consoante nasal -n, permanece, na vogal, apenas o seu traço de nasalidade. De fato: melhor do que colocar esse processo nos termos tradicionais de “queda do n intervocálico”, poderíamos formular a mudança em termos de apagamento dos traços articulatórios de n e manutenção do traço de nasalidade - que permanece, assimilado na vogal. (Isso faz sentido, por sinal, no espírito global da hipótese do arquifonema /N/ de Mattoso, que, como vimos brevemente no início, é um traço de toda nasal final de sílaba, mesmo as que não constituem final de palavra. Ou seja: também nesses casos, se neutraliza o traço articulatório labial ou anterior, permanecendo

só a nasalidade).

Aqui será interessante notar o que diz, a respeito desse assunto o primeiro gramático da língua portuguesa, Fernão de Oliveira; ele defende, em 1536, que no final das palavras não devemos nunca grafar -n nem -m, pois o que se tem nas sílabas finais de palavras como amam ou mão não é nem um -m nem um -n propriamente, mas sim uma “letra mui branda”, cuja posição exata tampouco podemos precisar - e que por isso, justamente, deve ser grafada “por cima das vogais”. Ou seja: o til, para esse gramático, não é nada menos que um “m ou n mui brando” que afeta as vogais. A solução de Oliveira não foi a que predominou, nos anos seguintes, no contexto de extenso debate a respeito da grafia adequada para os sons nasais finais do português. Esse debate, repleto inclusive de travos de preconceito dialetal (uma vez que a nasalidade é tomada, nesse período, como signo de deselegância e rudeza da língua portuguesa), se resolverá apenas no século XIX, com o estabelecimento de duas grafias delimitadas por critérios morfológicos - com a grafia -m restringida às terminações verbais, e o til para os outros casos. Aqui ainda se pode levantar uma questão curiosa: na representação gráfica, a ausência de uma consoante final em palavras como {lã}, {maçã} é um acidente histórico - e leva à pergunta: se a resolução ortográfica para esse aspecto do português tivesse sido outra (isto é, se grafássemos {{lan}, {maçan}}), teríamos, hoje, ainda a mesma relutância em aceitar a representação proposta por Mattoso para esse ambiente fonético como /laN/, /masaN/ ? De todo modo, o que podemos depreender aqui, desse debate ortográfico tortuoso, é a prevalência de uma intuição, por parte dos falantes, da correspondência entre os sons “vogais nasais” por assim dizer isolados - i.e., finais, não seguidos de uma sílaba iniciada por “consoante nasal” e os sons “vogais nasais” não-finais (identidade e correspondência instanciada graficamente pelo recurso ao diacrítico “til”).

Assim, a história das vogais nasais finais no português traduz-se, portanto, num percurso de assimilação do traço nasal de uma consoante que se neutraliza em relação aos demais traços. Podemos tomar como caso exemplar a história da palavra lã (que é por sinal o exemplo principal nas discussões sobre a nasalidade na sincronia atual): do latim {lana}, para o arcaico {lãa}, para o moderno {lã} (passando, incidentemente, pela grafia {lan}). Como vimos brevemente no início, entre os contextos de aparecimento da vogal nasal discutidos por Mattoso Câmara e na literatura subsequente para defender a hipótese do arquifonema /N/, os mais controversos parecem ser os casos como esse, de vogais nasais em final de palavra (que para Câmara se devem analisar como /laN/, portanto, como sílabas travadas, ao menos em termos abstratos). O que se quis salientar aqui é que justamente nesses casos, a diacronia da língua mostra, claramente, uma evolução no sentido da perda de uma consoante nasal pós-vocálica, de cujos traços só restam o da nasalidade - ou seja: de que só resta aquilo que o arquifonema /N/ representa por essência.

Parece assim apropriado concluir sugerindo que a história da formação das vogais nasais finais no português ilustra o fato de que o estudo da história de uma língua pode trazer colorações interessantes não apenas para a descrição das estruturas atuais desta língua, mas também para o aprofundamento de discussões teóricas.